

31. DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DESTINADA A CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL DUME E SEMELHE:

Da **DACPGP** submetendo proposta relativa à doação da parcela de terreno destinada a construção de capela mortuária á União das freguesias de Real, Dume e Semelhe.

*A ns do Excmo.**190904***PROCESSO/DOC.: E/28571/2019****ASSUNTO: Doação de parcela de terreno – construção de Capela Mortuária – U.F. Real, Dume e Semelhe.****Parecer elaborado por: Mafalda Vilaça, técnica superior jurista****PARECER/INFORMAÇÃO**

Considerando que são atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, em articulação com as freguesias, como estabelece o artigo 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

Considerando que nos termos do prescrito no artigo 7º do citado Anexo I da Lei nº 75/2013, constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município, dispondo de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano, ambiente e salubridade, desenvolvimento, ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade;

Considerando que este Município procedeu à desafetação de uma parcela do domínio público com a área de 1746 m2, sita no Lugar da Igreja – Real, U.F. de Real, Dume e Semelhe, integrando-a no domínio privado do Município, com a intenção de ali construir uma Capela Mortuária, satisfazendo assim as necessidades daquela União de Freguesias;

Considerando que por ofício datado de 20.5.2019 (registado com o nº 28571), veio a U.F. de Real, Dume e Semelhe solicitar a doação da mencionada parcela de terreno, com vista a ali erigir a dita Capela;

Considerando o estatuído na alínea g) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da lei nº 75/2013, diploma que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, na sua redação atual, que estabelece que


“competete à câmara municipal (...) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;”, valor que corresponde atualmente a € 600.000;

Considerando que de acordo com a caderneta predial respetiva, o prédio em questão tem o valor patrimonial de € 22.470,00;

Considerando que a competência constante da alínea g) do nº 1 do artigo 33º do Regime jurídico das autarquias locais foi delegada no Sr. Presidente da Câmara Municipal, por deliberação tomada em reunião do Executivo Municipal realizada em 23.10.2017,

Submete-se à consideração do Sr. Presidente a doação da parcela de terreno destinada a construção de capela mortuária, descrita sob o nº 1626/Real da respetiva Conservatória do Registo Predial, inscrito na matriz sob o artigo 3594/U.F. Real, Dume e Semelhe, urbano.

A Jurista,


(2.7.2019)